



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0007934-68.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Servidor Público Civil**  
 Requerente: **Lunara Bonfim dos Reis Oliveira**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**LUNARA BOMFIM DOS REIZ OLIVEIRA**

ajuizou reclamação trabalhista em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN** alegando que passou a exercer suas funções junto ao requerido na data de 27/10/2009. Ocorre que em 04/12/2012 foi concedido vale-refeição aos oficiais estaduais de trânsito das unidades da capital e grande São Paulo que somente foi estendido as unidades do interior em agosto de 2016. Em razão desses fatos, pretende o pagamento retroativo do benefício do vale refeição devidamente corrigido relativo ao período de 07/03/2014 até 31/07/2016, bem como a condenação em pagamento dos honorários contratuais e sucumbenciais Com a inicial vieram os documentos.

Citado o requerido apresentou contestação. Sustentou, em preliminar incompetência absoluta da Justiça da Trabalho e no mérito afirmou que houve contratação de serviço de alimentação em alguns restaurantes com a finalidade de complementar alimentação de funcionários, tendo em vista ausência de refeitório no prédio da sede do requerido e os altos preços do custo da alimentação nas imediações do requerido, na região central de São Paulo. Requereu a improcedência da ação.

Ato contínuo foi reconhecida a incompetência da Vara do Trabalho,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**É O RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

O auxílio-alimentação foi instituído pela Lei Estadual nº 7.524/91:

*“Artigo 1.º - Fica instituído, no âmbito da Administração Centralizada do Estado, auxílio-alimentação para funcionários e servidores, sob a forma de distribuição de documentos para aquisição de gêneros alimentícios, "in natura" ou preparados para consumo imediato, em estabelecimentos comerciais.*

*Parágrafo único - O valor do benefício a que se refere este artigo será fixado e revisto por decreto, consideradas as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades do erário”.*

Não há ofensa à isonomia a diferenciação estabelecida entre os servidores lotados na capital e aqueles no interior, na medida em que se encontram em situações fáticas distintas, economicamente díspares, estabelecendo a legislação supra que serão “consideradas as necessidades básicas de alimentação” a justificar tratamento diferenciado entre os servidores de acordo com o seu local de trabalho.

Ademais, “*não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia*”, como definiu a Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

**“AÇÃO ORDINÁRIA – Servidores públicos do DETRAN – Pretensão ao recebimento das diferenças do auxílio alimentação em valor idêntico ao que é pago aos servidores lotados na Capital – Inadmissibilidade – Não há ofensa ao princípio da isonomia decorrente da norma legal que institui o benefício – Deve ser observada a disponibilidade do erário – Observância da Súmula Vinculante 37, do STF – Precedentes desta C. 9ª Câmara e Corte –**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

*Sentença e improcedência mantida – Honorários recursais ora fixados - Recurso não provido*” (TJSP; Apelação 1010345-27.2017.8.26.0482; Relator: Rebouças de Carvalho; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Presidente Prudente - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 01/10/2018; Data de Registro: 01/10/2018).

*"Servidor público – Alegação de recebimento de auxílio alimentação em valor inferior ao devido, considerando o que é pago em outra localidade – Pretensão de equiparação do montante com o concedido a servidores com lotação diversa – Descabimento – Inexistência de ofensa ao princípio da igualdade – Ausência de fundamento legal para determinar concessão da mesma quantia – Recurso desprovido"* (TJSP; Recurso Inominado 1007308-61.2018.8.26.0577; Relator: Matheus Amstalden Valarini; Órgão Julgador: Turma Recursal da Fazenda Pública; Foro de Cunha - Vara Única; Data do Julgamento: 26/09/2018; Data de Registro: 26/09/2018).

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ressalvada a gratuidade.

P. I. C.

Araraquara, 14 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**